

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/7861	11969/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 41952/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Informação prévia simples - #G0146#

Assunto do Processo: Informação prévia simples

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Avaliação Técnica, o projeto apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas a inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação técnica, pelo que se propõe a emissão de **informação prévia favorável**, ao abrigo do disposto no número 3 do artigo n.º 16 do RJUE.

Face ao exposto, o pedido de licenciamento deverá ser efetuado no prazo de dois anos após a emissão de informação prévia favorável.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/7769 de 6 de Março de 2026.

RESOLUÇÃO

Emita-se informação prévia favorável sobre a operação urbanística apresentada ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem, de acordo com o Anexo XVIII, da Portaria n.º 71-B/2024, de 27 de fevereiro.

A realização da operação urbanística em questão fica sujeita a licença de obras de edificação.

Despachos

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 41952/2025

REGISTRO ENTRADA: 2025-E-RE-22655 DE 06/10/2025

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE TORNEIROS, UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESCUDEIROS, PENSO (SANTO ESTEVÃO E S. VICENTE)

ASSUNTO: PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA - SIMPLES

06/03/202

“ Nos termos do Despacho do Senhor Diretor Municipal, proferido no âmbito do Processo n.º 11720/2026 (Proposta de Resolução PR/2026/7695, de 5 de março de 2026), e na sequência do entendimento jurídico constante do parecer da Dra. Fernanda Paula Oliveira — segundo o qual a 3.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Braga não poderá ser considerada para efeitos de apreciação urbanística das operações urbanísticas até à respetiva publicação — procede-se à reapreciação técnica exclusivamente à luz do Plano Diretor Municipal de Braga em vigor (PDM 2015)”

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

- 1.1. Os requerentes, na qualidade de proprietários, através do pedido registado com o n.º 2025-E-RE-2369 c 05/02/2025 apresentam elementos referente ao **pedido de informação prévia** sobre a viabilidade de construção com vista obra de construção de habitação, piscina, muro de vedação e serventias, a levar a efeito no prédio sito na Lugar de Torneiro União de Freguesias de Escudeiros, Penso (Santo Estevão e S. Vicente) que incide sobre o prédio descrito na 2 Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º1118/20251001, inscrito na matriz de natureza rústico sob o artigo n 1037.
- 1.2. O presente pedido tramita ao abrigo do artigo 14º, n.º1 do Decreto-Lei n.º555/99 de 16 de dezembro, na sua redação em vigor.
- 1.3. Nos termos do disposto no artigo atrás mencionado qualquer interessado pode requerer a “título prévio”, informação sobre a viabilidade de realizar determinada operação urbanística ou conjunto de operações urbanísticas diretamente relacionadas, bem como os respetivos condicionamentos legais ou regulamentares aplicáveis à pretensão.

2. ANTECEDENTES:

- 2.1. Relativamente ao local da pretensão não se identificaram antecedentes processuais nos serviços deste município



3. ANÁLISE DA PRETENSÃO À LUZ DO PDM 2015:

3.1. Enquadramento com a carta de condicionantes e com a carta do ordenamento do território constantes no Plano Diretor Municipal:

3.1.1. A pretensão de acordo com o Plano em vigor, incide em solo classificado como **BD2 – Urbanizado – Espaços urbanos de baixa densidade** – segundo o artigo 78º do RPDM em vigor.



Figura 1 - Sobreposição dos limites da pretensão sobre Planta de Classificação e Qualificação de solo e Imagem aérea retirada do Google Maps

3.1.2. Não se verificam condicionantes sobre o local da pretensão.

4. INSTRUÇÃO DO PROCESSO

4.1. O presente pedido encontra-se corretamente instruído de acordo com a informação técnica emitida pela Divisão de Procedimentos Urbanísticos em 09/10/2025.

5. PARECERES INTERNOS E/OU ENTIDADES EXTERNAS

5.1. O presente pedido não carece de qualquer consulta por parte dos serviços municipais.

6. ANÁLISE DA PROPOSTA, VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O RGEU, COM O REGULAMENTO DO PDM 2015 E COM O CÓDIGO REGULAMENTAR DE BRAGA:

6.1. O requerente pretende edificar uma moradia unifamiliar num prédio confrontante com a Rua de Torneiros a norte, garantindo uma frente de cerca de 8.00m.

6.2. A tipologia proposta cumpre a tipologia admitida na alínea a) do ponto 2 do artigo 78º do RPDM (habitação unifamiliar isolada).

6.3. O prédio é servido por via habilitante infraestruturada de acordo com o disposto no artigo 10º do RPDM em vigor.

6.4. A operação urbanística desenvolve-se na faixa dos 40m de afastamento máximo ao eixo da via.

6.5. Cumpre o índice de utilização máximo e índice de utilização acima da cota de soleira admitidos na subalínea i) da alínea c) do ponto 2 do artigo 78º do RPDM em vigor (Índice de utilização proposto=0.30m²/m²).



- 6.6. Cumpre o índice de impermeabilização admitido na subalínea iii) da alínea c) do ponto 2 do artigo 78º do RPDM em vigor (Índice de impermeabilização proposto=40%).
- 6.7. Cumpre o número de pisos admitidos na subalínea ii) da alínea c) do ponto 2 do artigo 78º do RPDM em vigor (propondo-se apenas 1 piso).
- 6.8. Cumpre o afastamento da construção e vedação ao eixo da via, conforme alíneas a) e c) do artigo 84º do RPDI em vigor.
- 6.9. Quanto à dotação de estacionamento cumpre o disposto nos artigos 105º e 106º do RPDM em vigor.
- 6.10. Quanto aos muros de vedação salvaguarda o disposto no artigo B-1/52º do CRMB.
- 6.11. Pelo exposto, não há nada a opor à luz do RPDM 2015.
- 6.12. Alerta-se que, em sede de licenciamento, a implantação do edifício deverá observar e respeitar os alinhamentos dominantes das construções adjacentes, em particular das edificações confinantes, devendo a proposta avançar até a alinhamento predominante da frente edificada. Esta solução visa assegurar a continuidade do plano de fachada e a adequada integração da nova construção no tecido urbano existente.

7. OUTROS ASPETOS REGULAMENTARES:

- 7.1. O técnico autor do projeto de arquitetura deverá zelar pelo cumprimento das normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, publicadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.
- 7.2. Ao abrigo do disposto no n.º 8 do Artigo 20º do RJUE, as declarações de responsabilidade dos autores dos projetos
- 7.3. de arquitetura, no que respeita aos aspetos interiores das edificações, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.
- 7.4. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009 de 03 de julho na redação conferida pela Lei n.º 40/2015 de 01 de Junho, alterada pela Lei n.º 25/2018 de 14 de Junho, (ou na sua redação atual), com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.

8. PROPOSTA DE DECISÃO:

- 8.1. O projeto apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas a inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação técnica, pelo que se propõe a emissão de **informação prévia favorável**, ao abrigo do disposto no número 3 do artigo n.º 16 do RJUE.
- 8.2. Face ao exposto, o pedido de licenciamento deverá ser efetuado no prazo de dois anos após a emissão da informação prévia favorável.
- 8.3. Que se comunique ao requerente o teor da presente informação técnica.



DESPACHO

Processo: 11720/2026

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Reclamação ou exposição

Assunto do Processo: Exposição

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Para efeitos de decisão e tendo em consideração a informação técnica, remete-se o assunto que se segue para apreciação e pronúncia.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/7695 de 5 de Março de 2026.

RESOLUÇÃO

Sentido da decisão.

Despachos

- A 05/03/2026, António José Zamith Soares Rosas, na qualidade de Diretor Municipal: "Tratando-se de questão eminentemente jurídica, a resposta que nos garante maior respaldo legal é, naturalmente, a que resulta do parecer jurídico da Prof.^a Fernanda Paula Oliveira. Nem sequer considero outra interpretação, sendo certo que a Divisão de Planeamento não dispõe de nenhum jurista que possa contrapor posição diversa. Assim, deverá seguir-se o entendimento plasmado no duto parecer, com o qual, aliás, se concorda."

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DMGT / DU / DAT [DIVISÃO DE APRECIACÃO TÉCNICA]

PROCESSO: 11720/2026

ASSUNTO: APLICAÇÃO DA 3.ª ALTERAÇÃO APROVADA AO PDM _ SUSPENSÃO DOS PROCEDIMENTOS _
SOLICITAÇÃO DE DECISÃO AO SR DIRETOR MUNICIPAL

05/03/2026

INFORMAÇÃO:

No início de janeiro de 2026, foi solicitado pela DAT parecer à equipa de revisão do PDM, sobre o âmbito de aplicação da suspensão de procedimentos decorrente da 2.ª discussão pública. No âmbito do pedido, foi a Dr.ª Fernanda Paula Oliveira consultada por email, nos seguintes termos:

“Perguntam-me da CM de Braga se a 2.ª discussão pública - que, como sabe, teve um âmbito limitado - também abrange, em termos de suspensão de procedimentos, os processos que não são abrangidos pela 2.ª discussão pública.

Que lhes digo? A minha opinião é não, embora me custe, uma vez que serão aprovados pelo PDM em vigor e não pelo proposto.

Neste momento, o plano está para aprovação na AM, que julgo ser ainda esta semana ou na próxima.”

À questão que lhe foi colocada, a Dr.ª FPO responde, a 14 de janeiro, que “a lei não distingue (fala em discussão publica), e os motivos para a suspensão na primeira, mantêm-se na segunda.”

Foi-nos comunicado pela Equipa de revisão do Plano que “a suspensão dos procedimentos é geral, independentemente da 2.ª DP ter um âmbito mais limitado.”¹

Neste contexto, a DAT manteve os procedimentos que havia até então adotado por indicação do Senhor Diretor Municipal, a 6 de janeiro de 2025, conforme se transcreve a seguir:

“Tendo hoje início o período de discussão pública da proposta da 3ª REVISÃO DO PDM de BRAGA, assume especial relevo no âmbito do nosso trabalho a **suspensão de procedimentos** prevista no artigo 145º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).”

Sucede que, no âmbito de um pedido de informação prévia, foi solicitado pela DAT, em fevereiro, parecer jurídico², por sua vez objeto de consulta da professora FPO. Acerca do artigo 145.º do RJIGT e relativamente à aplicação deste regime, a mesma refere que:

“Nos termos do referido preceito, a abertura da discussão pública de um plano determina a suspensão dos procedimentos de informação prévia, comunicação prévia e licenciamento.

Todavia, o legislador estabeleceu um limite máximo de 180 dias para tal suspensão, limite esse que visa impedir a Administração de prolongar indefinidamente a apreciação de pedidos urbanísticos à luz de um plano ainda não vigente cuja apreciação deveria ocorrer segundo o regime vigente. Trata-se de um mecanismo excecional, orientado à salvaguarda da futura eficácia do plano, mas equilibrado pela necessidade de garantir segurança jurídica aos particulares.

¹ Ver ficheiro anexo “Suspensão preventiva dos Procedimentos”_Parecer Dr.ª Fernanda Paula com Eng.º José Lameiras_14_01_2026

² Ver ficheiro anexo “Suspensão dos procedimentos_2.ª discussão Pública)_05_03_2026”.

Importa, por isso, determinar se a abertura de uma segunda discussão pública — que não constitui uma prorrogação da primeira, mas antes um novo procedimento — é suscetível de fazer renascer um novo prazo de suspensão de 180 dias. Na nossa opinião, a interpretação correta do artigo 145.º, lida à luz dos seus objetivos e da estrutura normativa, impõe resposta negativa. A norma não prevê a reabertura sucessiva de novos prazos de suspensão a cada nova discussão pública (aliás, nem sequer prevê várias discussões públicas). Se tal interpretação fosse acolhida, abrir-se-ia a possibilidade de a Administração contornar o limite temporal legal fixado, desencadeando novas discussões públicas sempre que pretendesse evitar o decurso dos prazos de decisão, o que violaria manifestamente o sentido e finalidade do preceito.

Assim, esta é a nossa opinião, a segunda discussão pública não reinicia nem renova o prazo de suspensão. No máximo, poderia aproveitar o tempo ainda não decorrido dos 180 dias iniciado com a primeira discussão pública, caso este ainda não se tivesse esgotado no momento da abertura da segunda discussão pública.

(...)

C. Conclusão

Em face do afirmado podemos concluir que:

1º O PDM atualmente em vigor é o PDM anterior à 3.ª revisão; esta não se encontra publicada e, por conseguinte, não produz qualquer efeito jurídico vinculativo.

2º A Administração está obrigada a decidir pedidos de informação prévia com base no plano vigente, não podendo indeferi-los com fundamento em desconformidade com normas ainda ineficazes.

3º A segunda discussão pública não tem a virtualidade de reabrir ou renovar o prazo de suspensão dos procedimentos previstos no artigo 145.º do RJIGT, sendo inaplicável para efeitos de suspensão do procedimento em causa.”

Considerando que estamos perante duas posições contraditórias, pretende-se saber qual devemos aplicar. É de salientar que o 2.º parecer permite resolver uma série de processos indeferidos por violação do PDM que foi colocado à segunda discussão pública, entretanto aprovado e a aguardar publicação.

A. SITUAÇÃO DE FACTO

- a) Em 14/01/2025, foi apresentado um Pedido de informação prévia com vista à viabilidade de operação de loteamento para constituição de 7 lotes, destinados a um empreendimento turístico (Hotel Rural 3*), a implantar no lugar da Bela Vista, na freguesia de Gualtar, do concelho de Braga;
- b) O terreno a lotear encontra-se classificado, na Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, como Espaço Floresta de produção;
- c) A proposta da 3.^a revisão do PDM, aprovada na reunião de Assembleia Municipal de 16/01/2026, prevê que o prédio objeto da referida intervenção urbanística seja tipificado como Espaço Florestal de Produção;
- d) A Divisão de Apreciação Técnica procedeu à ponderação dos parâmetros urbanísticos estabelecidos no PDM vigente e na 3.^a revisão do PDM (aprovada na reunião de Assembleia Municipal de 16/01/2026):

Comparativo PDM Parâmetros		PDM vigente	PDM revisão 3	Proposta	Observações
		EF produção	(EF Produção)		
máximo	Índice edificabilidade	-	0,25 m ² /m ³	0,23 m ² /m ²	Não cumpre critério área de construção do PDM revisão 3
	(área de construção)	-	máx: 2000 m ²	6300,00 m ²	
	Altura fachada principal	7,5 m	7,50 m	7,50 m	Cumpe ambos critérios
	N.º máximo de pisos ↑CS	2 pisos	2 pisos	2 pisos	Cumpe ambos critérios
	Índice impermeabilização	30%	30%	23%	Cumpe ambos critérios
	Índice de ocupação	10%	-	8%	Cumpe critério revisão PDM
mínimo	Estacionamento privado ligeiros	13 lugares	13 lugares		(a contemplar em projeto)
	Estacionamento publico ligeiros		3 lugares	40 lugares	Cumpe ambos critérios
	Estacionamento privado pesados - tomada / largada passageiros	1 lugar	1 lugar	4 lugares	Cumpe ambos critérios
	Estacionamento uso publico bicicletas		7 lugares	14 lugares	Cumpe critério revisão 3 PDM

- e) Mais esclarecem estes serviços técnicos que, «Dada a inobservância do índice de edificabilidade aplicável à solução apresentada, resultante da



conjugação do n.º 4 do artigo 45.º com o item i. da alínea c) do n.º 2 do artigo 43.º do regulamento do PDM revisão 3, não se valida o cumprimento cumulativo dos indicadores urbanísticos consagrados naquele instrumento de planeamento territorial (plano diretor municipal em vigor e sua proposta de revisão 3)» – Cfr. Informação técnica de 29/01/2026;

f) Na sequência do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 30/01/2026, a requerente foi notificada da intenção de emitir informação prévia desfavorável pelos aludidos motivos e os demais constantes da informação técnica que, aqui, se anexa, concedendo-se o respetivo prazo para efeitos de audiência prévia;

g) Em sede de audiência prévia, a requerente, resumidamente, alega que:

“[...] - O despacho que agora se reclama, é extemporâneo e padece de vícios, considerando que a partir de 23 de setembro de 2025, era sob a exclusiva redação do PDM em vigor à data da submissão do pedido, que haveria o PIP de ser analisado, depois de se verificar a cessação automática da suspensão dos procedimentos como já se fundamentou;

- V.Exas, estavam em condições de emitir PIP favorável, desde 22 de setembro de 2025, em virtude de ter cessado automaticamente a suspensão dos procedimentos resultante da 1.ª discussão pública de alteração ao PDM, considerando que, haviam já sido praticados os atos de correção ao aperfeiçoamento do pedido como já se demonstrou, conforme solicitado por V.Exas, não havendo razão para protelar a emissão de informação prévia favorável;

- Posto isto, ultrapassados que foram os prazos melhor previstos no artigo 16.º do RJUE e na ausência de emissão de informação prévia favorável, considera-se que por silêncio de V.Exas, o PIP em tempos apresentado, tem resposta favorável, sem qualquer condicionamento.”

Considerando, ainda, que:

h) Ao abrigo do n.º 1, do artigo 145.º do RJIGT, os procedimentos de *informação prévia*, de comunicação prévia e de licenciamento ficam suspensos, a partir da data fixada para o início do período de discussão pública e até à data da entrada em vigor dos planos;



- i) Na sequência do Aviso n.º 28273/2024/2, de 16 de dezembro, foi divulgado o período da 1ª discussão pública da 3ª revisão do PDM de Braga;
- j) De acordo com o n.º 3 do artigo 145.º do RJIGT, *caso as novas regras urbanísticas não entrem em vigor no prazo de 180 dias desde a data do início da respetiva discussão pública, cessa a suspensão do procedimento, devendo neste caso prosseguir a apreciação do pedido até à decisão final de acordo com as regras urbanísticas em vigor à data da sua prática.*
- k) As novas regras do PDM não entraram em vigor no prazo de 180 dias e foi dado início a um 2º período de discussão pública, «[...] destinado à formulação de reclamações, observações ou sugestões referentes às alterações operadas ao documento já submetido, anteriormente, a discussão pública e que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de revisão» - Cfr. Aviso n.º 23709/2025/2, de 25 de setembro;
- l) Em sessão da Assembleia Municipal de 16/01/2026, foi aprovada a 3ª revisão do PDM de Braga, encontrando-se apenas pendente de publicação em Diário da República.

B. CONSULTA

Face ao supra exposto, solicita-se que nos pronunciemos:

- 1. No âmbito do presente caso concreto, atento os fundamentos invocados pela ora requerente, sobre a vigência da legislação aplicável; e
- 2. No âmbito genérico e abstrato, sobre qual o PDM, à data de hoje, em vigor? Em particular, como devem proceder os serviços municipais perante uma operação urbanística que à luz do PDM vigente é viável, mas que de acordo com o novo PDM já não o será?



C. PARECER

Razão de ordem

Considerando as questões formuladas, o nosso parecer procurará dar resposta sucessiva às seguintes questões: (i) qual o Plano Diretor Municipal (PDM) atualmente em vigor e qual a relevância jurídica da aprovação, ainda não publicada, da 3.^a revisão do PDM; (ii) como devem os serviços municipais proceder perante operações urbanísticas que se revelem conformes ao PDM vigente, embora desconformes ao conteúdo da revisão já aprovada; e (iii) no caso concreto submetido a apreciação, se ocorreu suspensão dos procedimentos ao abrigo do artigo 145.º do RJIGT e, em consequência, se se verificou deferimento tácito do pedido de informação prévia (PIP).

(i) A nossa análise inicia-se com uma afirmação fundamental: um plano territorial, designadamente um Plano Diretor Municipal, apenas produz efeitos jurídicos após a sua publicação em Diário da República. A aprovação pela Assembleia Municipal constitui o elemento constitutivo do procedimento de revisão, mas desprovido de eficácia vinculativa externa, uma vez que a publicação é condição essencial da sua eficácia e o momento a partir do qual o plano adquire força jurídica obrigatória, tanto para a Administração como para os particulares. Consequentemente, enquanto a 3.^a revisão do PDM não for publicada, permanece inaplicável e sem força vinculativa, mantendo-se plenamente em vigor o “PDM anterior”.

(ii) Apenas assim não será se se concluir que o “PDM anterior” estiver suspenso ao abrigo do artigo 145.º do RJIGT, o que nos remete para a segunda questão, que se prende com a aplicação deste regime. Nos termos do referido preceito, a abertura da discussão pública de um plano determina a suspensão dos procedimentos de informação prévia, comunicação prévia e licenciamento. Todavia, o legislador estabeleceu um limite máximo de 180 dias para tal



suspensão, limite esse que visa impedir a Administração de prolongar indefinidamente a apreciação de pedidos urbanísticos à luz de um plano ainda não vigente cuja apreciação deveria ocorrer segundo o regime vigente. Trata-se de um mecanismo excecional, orientado à salvaguarda da futura eficácia do plano, mas equilibrado pela necessidade de garantir segurança jurídica aos particulares.

Importa, por isso, determinar se a abertura de uma segunda discussão pública — que não constitui uma prorrogação da primeira, mas antes um novo procedimento — é suscetível de fazer renascer um novo prazo de suspensão de 180 dias. Na nossa opinião, a interpretação correta do artigo 145.º, lida à luz dos seus objetivos e da estrutura normativa, impõe resposta negativa. A norma não prevê a reabertura sucessiva de novos prazos de suspensão a cada nova discussão pública (aliás, nem sequer prevê várias discussões públicas). Se tal interpretação fosse acolhida, abrir-se-ia a possibilidade de a Administração contornar o limite temporal legal fixado, desencadeando novas discussões públicas sempre que pretendesse evitar o decurso dos prazos de decisão, o que violaria manifestamente o sentido e finalidade do preceito.

Assim, esta é a nossa opinião, a segunda discussão pública não reinicia nem renova o prazo de suspensão. No máximo, poderia aproveitar o tempo ainda não decorrido dos 180 dias iniciado com a primeira discussão pública, caso este ainda não se tivesse esgotado no momento da abertura da segunda discussão pública.

(iii) No caso concreto em apreço, aplicando o que acabamos de referir, o PIP teria de ser decidido à luz do PDM ainda vigente. Isto porque, a partir do fim dos 180 dias de suspensão dos procedimentos decorrentes da 1.ª discussão publica a suspensão cessou automaticamente, tendo-se retomado a contagem do prazo de decisão previsto no artigo 16.º do RJUE.



Como a abertura da segunda discussão pública não produziu qualquer novo efeito suspensivo, não existe fundamento legal para justificar a não decisão dentro do prazo. Torna-se, por isso, necessário contabilizar o prazo decorrido desde a apresentação do PIP até ao início da primeira suspensão e o prazo decorrido após o termo dos 180 dias. Não tendo a Administração proferido decisão dentro do prazo legal, ocorreu o deferimento tácito do PIP.

Este deferimento tácito constitui um verdadeiro ato administrativo constitutivo de direitos, apenas suscetível ser revogado, anulado ou declarado nulo nas mesmas circunstâncias em que o seria a decisão expressa. A circunstância de o projeto ser desconforme com as regras previstas na 3.^a revisão do PDM não constitui fundamento legal para afastar o efeito jurídico do deferimento tácito.

De todo o modo, mesmo que a segunda discussão pública tivesse determinado uma nova suspensão dos procedimentos (que aqui apenas admitimos a título de argumentação) ainda assim teria de se analisar o tempo que decorreu entre o pedido e o início da primeira discussão pública (que suspendeu o prazo de apreciação por 180 dias) e o prazo decorrido do fim dessa suspensão até à suspensão da 2.^o discussão, e verificar se o prazo de decisão do PIP já se esgotou. Se tal tiver acontecido, ter-se-à formado, nesse período entre suspensões, deferimento tácito. Esta averiguação deve ser vista em concreto, mas, de todo o modo apenas faz sentido, caso não se concorde com aquela que é a nossa posição: a de que a segunda discussão pública não vem acompanhada do efeito automático da suspensão dos procedimentos.

C. Conclusão

Em face do afirmado podemos concluir que:

- 1.^o O PDM atualmente em vigor é o PDM anterior à 3.^a revisão; esta não se encontra publicada e, por conseguinte, não produz qualquer efeito



jurídico vinculativo.

- 2º A Administração está obrigada a decidir pedidos de informação prévia com base no plano vigente, não podendo indeferi-los com fundamento em desconformidade com normas ainda ineficazes.
- 3º A segunda discussão pública não tem a virtualidade de reabrir ou renovar o prazo de suspensão dos procedimentos previstos no artigo 145.º do RJIGT, sendo inaplicável para efeitos de suspensão do procedimento em causa.
- 4º No caso concreto, se tiver sido ultrapassado do prazo legal de decisão por inexistir causa legítima de suspensão após o decurso dos 180 dias inicialmente previstos, deve considerar-se que ocorreu deferimento tácito do PIP, o qual constitui ato constitutivo de direitos plenamente oponível à Administração.
- 5º Um indeferimento expresso posterior com fundamento no PDM é um ato ilegal por ilegalmente revogar/declarar a nulidade de um ato administrativo constitutivo de direitos

Este é, salvo melhor, o nosso parecer

:

